


Tendências/Debates

O difícil controle do déficit público

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS



O plano governamental de estabilização econômica é uma esperança de melhores dias e um convite á árdua luta para fazê-lo viável. Para tornar realidade a brilhante reflexão acadêmica de seus idealizadores. E o rude trabalho nacional apenas principiou, visto que as análises laboratoriais do projeto, pelas suas próprias dimensões de teses especulativas e universitárias, não abrangeram a complexidade do universo econômico brasileiro, muito maior do que os técnicos governamentais imaginavam.

Nestas poucas linhas, não pretendemos debater nem as violações jurídicas, inúmeras, que só serão justificáveis se o plano, no tempo, for bem-sucedido, pois o direito natural encamparia a ruptura do ordenamento legal para tais hipóteses, nem discutir as falhas iniciais no concenente à sua aplicação, com alguns setores inviabilizando-se pela utilização de preços inadequados à sua realidade no dia 28 de fevereiro, assim como a política negativa de se acuar o empresariado, tratando-o como aos marginais em vez de estimulá-lo a aliar-se ao plano, com a dignidade que lhe é pertinente.

Neste rápido artigo, pretendemos tecer perfunctórias considerações a respeito da causa maior da inflação brasileira, que é a inadministrabilidade do setor público. E esta causa, a principal, não foi ainda combatida. A retórica governamental de que com-

baterá os desperdícios, os maus projetos, as empresas estatais descompassadas com a nova ordem, ainda não está sendo acompanhada da "práxis" necessária.

O recente surto inflacionário colaria-se com as nítidas tintas de inflação de demanda (oferta menor que a procura) decorrente de controle redutor e parcial de preços sobre certos segmentos aliado à reação psicológica do consumidor, ou seja, de proteção contra a incredibilidade do governo em debelá-la pelos métodos tradicionais. A inflação de demanda, todavia, era consequencial, posto que o maior fator de perturbação do mercado decorria da denominada "inflação oficial", ou seja, a pressão do governo sobre o sistema financeiro, a emissão de moeda e transferência maciça de recursos, via elevação da carga tributária, dos segmentos produtivos da nação (empresas, trabalhadores e profissionais liberais) para os menos produtivos (setor público).

Acrescia-se o fato do absoluto desvirtuamento das empresas estatais, cujos preços públicos (alguns, verdadeiras taxas) aumentavam mensalmente, impulsionando os índices de medição do custo de vida e outros para cima.

A evidência, a dívida externa, não obstante o comportamento adequado da balança comercial, ainda descompassava o balanço de pagamentos, não em nível escritural, mas de recursos necessários para reinvestimento interno.

O projeto acadêmico da eminente

equipe econômica reformulou por completo o quadro dos fatores capazes de alimentar a inflação, até mesmo na submissão das empresas estatais — diríamos de toda a administração indireta — a idênticas regras de mercado, com seus preços também congelados por um ano. O que o projeto não fez foi dar os caminhos desse controle. É bem verdade que o governo pretende, pela indicação de Antônio Marmo Trevisan, emérito professor universitário e profissional competente de vocação privatista, limitar o ponto crucial da ferida econômica que é a deplorable "performance" da iniciativa empresarial da União, mas ainda aqui é previsível memorável batalha, na medida em que os enquistados senhores feudais de privilégios pretéritos venham a dificultar o processo, como já se verificou pela deliberação de 5 de março, em que o governo federal, desmentindo a promessa feita, aumentou o preço da energia elétrica para as empresas em 20%, não lhes permitindo, por outro lado, seu passe.

Está será, a nosso ver, a batalha fundamental. Se o governo se auto-disciplinar, o seu projeto dará certo, até porque tem hoje o controle de toda a economia privada, embora ainda não tenha sabido se controlar. A pretendida emissão de 65 bilhões de cruzados já nos traz, todavia, preocupação. Se, em teoria, a perda de velocidade de circulação da moeda pode ser compensada pelo aumento de sua quantidade sem reflexos inflacionários, há sempre o risco de a maior disponibilidade monetária

provocar tentações de despesas. Irving Fischer, na célebre fórmula

$$P = \frac{MV + M1V1}{T}$$

(P = nível de preços, M = quantidade de moeda em circulação, V = velocidade de circulação, M1 = moeda escritural, V1 = velocidade de circulação da moeda escritural e T = volume de transações) observa que, do ponto de vista acadêmica, se M aumentar na proporção da redução de V, o nível de preços não aumentará. A prática, todavia, nem sempre tem acompanhado as meditações universitárias, não obstante Galbraith considerar que a fórmula de Fischer é mais estável que \bar{P}^2 (área do círculo).

Concluindo essas superficiais considerações, entendemos que todo o sucesso do plano tropical reside não nas restrições às empresas privadas, já excessivamente pressionadas por soluções contrárias às livres regras de mercado, mas no controle do déficit público, que é muito mais do que a singela obtenção do "caixa zero" pela transferência de recursos de setores produtivos. No corte das despesas públicas e não no aumento de suas receitas encontra-se a única forma de viabilizar-se o plano de estabilização econômica do presidente.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS, 51, é professor da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie, presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo e autor de "Teoria da Imposição Tributária", "Desenvolvimento Econômico e Segurança Nacional — Teoria do Limite Crítico" e "A Separação dos Poderes no Brasil".